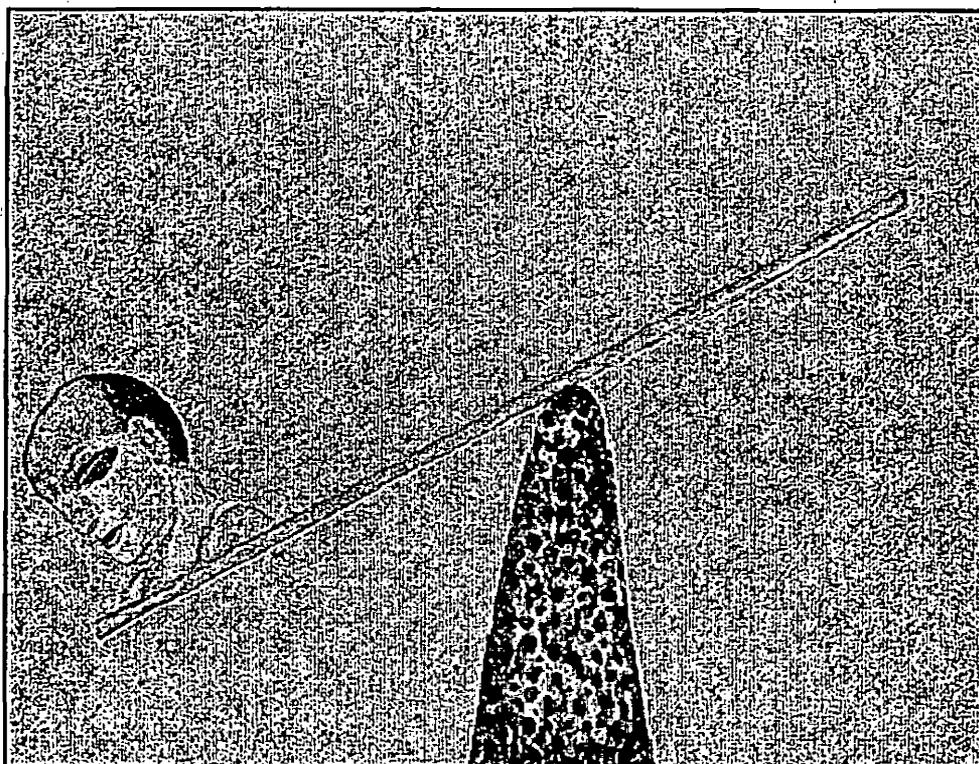


# CRISE SOCIAL



Siron Franco

**O significado do massacre de Eldorado dos Carajás, na visão do MST.**

◦ **Dom Angélico Sândalo, da CNBB, fala de eleições e injustiças sociais.**

◦ **Jorge Saavedra Durão e Silvio Caccia Bava enfocam o fracasso do Comunidade Solidária.**

**REFORMA AGRÁRIA E POLÍTICA AGRÍCOLA**

por Plínio de Arruda Sampaio e Danilo Garcia Filho

**A AÇÃO DO CNAS NO ESPAÇO PÚBLICO**

por Marlowa Jovchelovitch

**A AGENDA DA CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES**

# Massacre anunciado e impune

*Por não fazer a reforma agrária, governo federal também tem culpa pelas mortes no Pará*

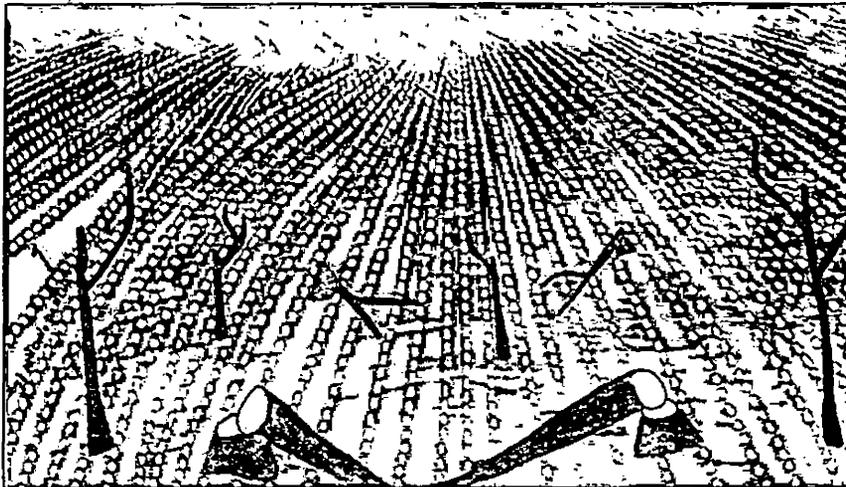
NEURI ROSSETO

O massacre dos sem-terra em Eldorado do Carajás, no sul do Pará, no dia 17 de abril, foi anunciado de muitas formas. O primeiro anúncio está na contradição entre os imensos latifúndios improdutivos e milhares de camponeses nordestinos que vieram atraídos pela esperança de ter um pedaço de terra para trabalhar. A violência por parte dos latifundiários da região é constante, destinada a manter os privilégios daqueles que obtiveram extensas áreas de terra através da grilagem. A certeza da impunidade, histórica, transformou o sul do Pará em terra de ninguém, com leis próprias, distante da democracia que Fernando Henrique Cardoso gosta de exibir em suas viagens ao exterior. O saldo oficial, desta vez, foi de 19 mortos. Mas há pelo menos sete desaparecidos e testemunhas viram duas mulheres e quatro crianças serem mortas, embora seus corpos não tenham aparecido. Até mesmo os fazendeiros têm declarado em jornais que outras mortes jamais serão apuradas, pois há cemitérios clandestinos e medo na região, o que impede a apuração completa dos crimes.

A prisão preventiva de todos os envolvidos nesse massacre é uma das condições para barrar a violência contra os trabalhadores rurais. O MST quer ainda a renúncia do governador Almir Gabriel, por entender que ele também é responsável, diretamente, pelas mortes. No dia 16 de abril, o governador realizou reunião com o secretário de Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, com o comandante da Polícia Militar, coronel Fabiano Lopes, e com o presidente do Iterpa, Ronaldo Barata, exigindo a imediata desobstrução da rodovia. Deu ordem para que, se necessário, a polícia utilizasse a força. Essa determinação expressa de Almir

Gabriel propiciou a violência planejada pelos latifundiários e seus capatazes, com o apoio da Polícia Militar.

As provas de que o massacre foi planejado são publicadas a cada dia. Os soldados foram para a operação sem a identificação no uniforme. Ao retirarem as armas e munições dos quartéis, não fizeram qualquer anotação na ficha das armas. As tropas



Jose Antônio da Silva

encurralaram os sem-terra, vindas dos dois lados da estrada, impedindo toda possibilidade de fuga, o que deixou claro que o objetivo não era apenas desobstruir a estrada. Muitas vítimas foram presas dentro de seus barracos ou já correndo para o mato. E depois apareceram mortas. O legista Nelson Massini comprovou que nove dos mortos foram sumariamente executados, alguns com as próprias ferramentas.

O principal responsável indireto pelo massacre é o governo federal, por não ter feito a reforma agrária. Queremos a demissão do ministro da Justiça Nelson Jobim, que não tomou todas as providências para punir os responsáveis pelo massacre de Corumbiara e não articulou o Congresso para aprovar as leis que coibissem novos massacres. Além disso, o ministro elaborou o decreto 1775/96, que possibilita a revisão de áreas indígenas.

A mudança da realidade no sul do Pará, semelhante à de tantas outras regiões, se dará somente com a firme exigência de punição dos responsáveis, diretos e indiretos, pelo massacre. Além da punição, o Movimento Sem Terra quer a desapropriação do complexo total que compõe a fazenda Macaxeira, área de 44 mil hectares reconhecidamente improdutiva e abandonada.

Novos conflitos podem ser evitados com o imediato assentamento das 37 mil famílias que vivem hoje em 168 acampamentos. A recente medida do governo, que destina cerca de 300 mil hectares para a reforma agrária, não resolve o problema agrário nem mesmo a curto prazo. Quase 80% das áreas a serem desapropriadas pela medida estão nas regiões Norte e Centro-Oeste e apenas 2%

estão no Sul, onde milhares de pessoas lutam por um pedaço de terra para trabalhar.

O MST vai continuar lutando para aprovar as três leis fundamentais para impedir a eclosão de novos conflitos. Enquanto as leis tramitam, queremos uma Medida Provisória (MP) para os pobres, contemplando três leis fundamentais para a reforma agrária: o rito sumário de imissão de posse do Incra, nas áreas desapropriadas, a proibição de os juizes darem liminares para despejos coletivos e julgamento dos crimes da Polícia Militar pelos tribunais comuns. A destinação das grandes fazendas devedoras inadimplentes do Banco do Brasil para a reforma agrária também é uma decisão política que trará grandes lucros ao país. Além de garantir terra a muitos, pode assegurar o retorno de recursos aos cofres públicos, para novos investimentos em pequenas propriedades.

O MST quer continuar contando com o apoio de toda a sociedade brasileira na luta pela reforma agrária. Esse apoio vem da conscientização de que a distribuição de terra para quem nela trabalha é fundamental para brecar a estagnação que o país atravessa. O povo brasileiro está ciente de que a reforma agrária é decisiva para o desenvolvimento da nação. Mas não basta a terra. É preciso uma política agrícola que beneficie os pequenos produtores, garantindo a fixação do homem na

terra, e impedindo que agricultores de pequenas áreas se integrem aos acampamentos dos sem-terra. Temos claro que a luta pela partilha da terra é também forma de resistência contra o neoliberalismo, cuja ideologia máxima é o lucro e não a pessoa humana.

Para o Movimento Sem Terra, a criação do Ministério da Reforma Agrária não era urgente. O Incra poderia ser vinculado diretamente à Presidência da República. A reciclagem dos procuradores e fun-

cionários em geral, além de novos concursos para suprir as necessidades administrativas existentes, são medidas para se colocar a casa em ordem. Reivindicamos ainda que a nomeação de superintendentes regionais não tenha caráter politiquero. Somente a nomeação técnica, com pessoal que tenha capacidade para executar a reforma agrária, pode fazer o Incra cumprir sua função histórica. ■

*Neuri Rosseto é membro da Coordenação Nacional do Movimento Sem Terra*

## ABONG fez parte de delegação que visitou Eldorado do Carajás

Dezenove cruces de madeira marcam a curva do "S", o local da estrada em Eldorado dos Carajás onde, no dia 17 de abril, ocorreu um novo massacre de trabalhadores sem-terra. Esse lugar já tristemente célebre foi um dos pontos visitados, nos dias 15 e 16 de maio, por uma delegação que foi até a região para verificar o que ocorreu, conhecer o acampamento do Movimento Sem Terra e acompanhar as providências adotadas pelas autoridades, entidades locais e Igrejas. A delegação foi formada depois que a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) solicitou uma reunião de emergência em Marabá (PA) com a Coordenação do Fórum Carajás. Sete pessoas fizeram parte do grupo: a professora Lúcia Veiga de Oliveira, o reverendo Áureo Bispo dos Santos e Enilson Rocha Souza, que são, respectivamente, a presidente, o vice-presidente e o secretário-executivo da CESE; dom Glauco Soares Lima, bispo-primaz da Igreja Episcopal-Anglicana do Brasil e presidente do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs; Marluze Santos, secretária-executiva do Fórum Carajás; Marcelo Freitas, presidente da Sociedade Paraense de Direitos Humanos; e Silvio Caccia Bava, presidente da ABONG.

O momento mais significativo vivido pela delegação foi o contato com as famílias que ocupam a Fazenda Macaxeira, uma propriedade improdutiva com cerca de 44 mil hectares. Nessa área - que equivale a uma cidade de 44 mil

quarteirões - os sem-terra vivem uma situação que nada fica a dever à das populações castigadas pela guerra. No acampamento, formado por casas de folhas de palmeiras, falta praticamente tudo. No momento da visita, já tinham sido registrados 40 casos de malária, crianças estavam com diarreia e mulheres com infecções. Sem atendimento, muitos feridos no massacre ainda tinham balas no corpo. Existiam apenas quatro pás no local, já que a polícia havia confiscado todas as ferramentas, sob a alegação de que elas poderiam servir como armas. A alimentação se resumia a arroz, feijão e fubá. Após a comoção mundial provocada pelos assassinatos, o governo estadual doou 32 toneladas de alimentos, mas não existem perspectivas de novas doações. Outro transtorno é o isolamento: as informações em geral só chegam pelos rádios dos moradores, devido à dificuldade de locomoção e às ameaças que ainda são feitas a quem vai à cidade.

Num corpo-a-corpo diário com tanta adversidade, os ocupantes da Macaxeira vivem com a força da esperança que semeiam. Os visitantes conheceram a horta de 13 hectares plantada no local e ficaram impressionados com a organização do acampamento, onde todos participam de grupos de discussão que se reúnem diariamente. Mesmo sem sementes para plantar, os sem-terra anunciaram que na semana seguinte começariam a trabalhar a terra, abrindo roças em áreas de campo ou mata

secundária e preservando árvores e a floresta nativa. A delegação saiu da fazenda emocionada com as condições em que vivem os sem-terra e também convencida da necessidade de lhes garantir todo o apoio possível. Além desse apoio, a delegação assinala, no relatório de sua viagem, que "é preciso desenvolver uma ação cívica em defesa da reforma agrária, pois a exclusão em nosso país aumenta a cada dia o número das famílias sem-terra e, sem uma saída institucional, outros massacres virão".

Durante a visita, na vizinha cidade de Marabá, o grupo contou com a recepção e a ajuda de dom José Vieira Lima, bispo de Marabá; Luiz Regason Bressan, da FASE-Marabá; Isabel Rodrigues Lopes Filha, do MST; Raimundo da Cruz Gomes Neto, do CEPASP; e Raimundo Nonato, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Repartimento. O contato com os sem-terra já rendeu seus frutos: a CESE forneceu um apoio imediato de R\$ 20 mil para o acampamento. A entidade também está encaminhando para entidades internacionais um projeto de auxílio de emergência, destinado à compra de alimentos e remédios, levantamento das condições de saúde e trabalho de medicina preventiva entre os ocupantes da Macaxeira, além da aquisição de ferramentas e material para a escola das crianças. Ao mesmo tempo a delegação se comprometeu a intermediar junto a organismos internacionais o pedido de recursos do MST para a compra de uma perua, publicação de um boletim regular e montagem de uma rádio popular.

# No centro de uma proposta alternativa

## A reforma agrária deve ser colocada no núcleo organizador das forças populares

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO E DANILO PRADO GARCIA FILHO

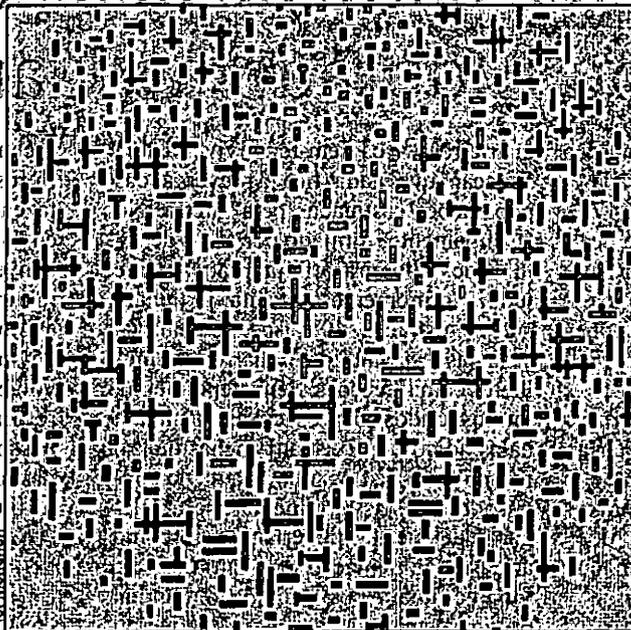
A reforma agrária representa um confronto direto com o que há de mais atrasado no nosso sistema social. Isso dificulta as manobras de cooperação dos movimentos envolvidos e faz com que essa luta seja a que, no momento, mais pode contribuir para a radicalização da democracia e para mudanças no modelo de desenvolvimento.

Na atual conjuntura, o poder de pressão dos trabalhadores urbanos tem se mostrado bastante limitado e as conquistas dos movimentos populares têm sido escassas. Em compensação, as ocupações de terra vem abrindo um espaço de atuação política estrategicamente muito importante, possibilitando inclusive a articulação das ações de mobilização da população com as ações no plano parlamentar e institucional.

Por essas razões, a reforma agrária não pode ser considerada hoje como uma entre as várias frentes de luta e de mobilização. Para aproveitar o potencial de avanço político que ela encerra, é preciso colocá-la no núcleo organizador da ação das forças populares. O que fazer então? O principal passo consiste em difundir, para todo o

é trazer soluções para o problema da fome. A terceira idéia é política e social: sem reforma agrária, a arbitrariedade é o poder dos grandes proprietários continuará sendo um obstáculo intransponível para a democracia e o pleno exercício da cidadania.

Nesse contexto, a reforma agrária deverá ser uma intervenção deliberada do



Estado com a finalidade de corrigir defeitos da nossa estrutura fundiária. Para essa intervenção, o Estado dispõe de vários instrumentos. A desapropriação é o principal deles, mas existe também a tributação progressiva das terras, os projetos de colonização, a titulação das terras dos posseiros.

Entretanto, não se pode separar reforma agrária de política agrícola. Devemos incluir na crítica à atual política agrícola a apresentação de propostas alternativas. Basta um exemplo. Sem garantia de preços mínimos e estoques reguladores, os especuladores podem fazer os preços cair durante a safra para depois aumentá-los. Nesse caso, os produtores perdem, os consumidores perdem, só os atravessadores ganham. Além dos preços mínimos, o governo pode usar outros mecanismos: crédito, assistência

técnica e pesquisa, tributação, políticas de comercialização ou de regulação dos mercados, construção de infra-estrutura.

Todos estes instrumentos estão hoje disponíveis. Eles deveriam ser orientados claramente para consolidar os agricultores familiares e permitir que eles enfrentem o jogo econômico em melhores condições. Esse setor familiar é muito importante na agricultura brasileira: são cinco milhões de estabelecimentos, cerca de 20 milhões de empregos diretos, além dos que poderiam ser criados com a reforma agrária.

Mas não tem sido assim. Desde o golpe militar, esses instrumentos vêm sendo usados com objetivos opostos: favorecer as exportações, não prejudicar o abastecimento dos setores mais ricos, garantir o desenvolvimento da agroindústria. Isso não mudou com a democratização e está até sendo reforçado na atual política neoliberal, que vem sendo implantada. As políticas neoliberais, como as da ditadura, visam a inserção das elites na economia mundial. Em uma proposta alternativa, a agricultura deve ter funções distintas: assegurar a toda a população alimento de boa qualidade, a

preços acessíveis, proporcionar emprego e condições de vida à população rural, desacelerar o êxodo, desenvolver e capacitar profissionalmente a juventude rural, assegurar a conservação dos recursos naturais e o equilíbrio ecológico, e produzir matérias-primas para a indústria.

Isso não implica dificultar as exportações, nem eliminar as grandes empresas. Implica apenas acabar com o latifúndio improdutivo, quebrar a dominação do campo pelo latifúndio, além de estabelecer a hegemonia da agricultura familiar no meio rural e privilegiar a integração do conjunto da população à economia e à vida do país.

A primeira idéia é de que a extrema concentração fundiária do país impede o funcionamento adequado do mercado dos produtos agrícolas, agravando o problema da fome e da pobreza. Uma amostra disso que pesa no bolso dos setores populares: nas últimas décadas, tivemos preços crescentes, em termos reais, para os produtos agrícolas, enquanto o poder de compra dos salários não parou de baixar.

A segunda idéia é a de que temos que enfrentar, com soluções mais abrangentes, um dos principais problemas do país: o desemprego. Vários estudos demonstram que a reforma agrária é um dos meios mais baratos de se criar empregos

preços acessíveis, proporcionar emprego e condições de vida à população rural, desacelerar o êxodo, desenvolver e capacitar profissionalmente a juventude rural, assegurar a conservação dos recursos naturais e o equilíbrio ecológico, e produzir matérias-primas para a indústria.

Plínio de Arruda Sampaio, advogado e ex-deputado federal pelo PT, é presidente da PROTER, e Danilo Prado Garcia Filho, agrônomo, é coordenador da entidade.

ENTREVISTA: DOM ANGÉLICO SÂNDALO

## “O povo não deve votar em picaretas”

*Expressando a posição da CNBB sobre o atual momento político, d. Angélico discute as eleições deste ano, faz uma inflamada denúncia do agravamento das injustiças sociais e critica a política do governo federal*

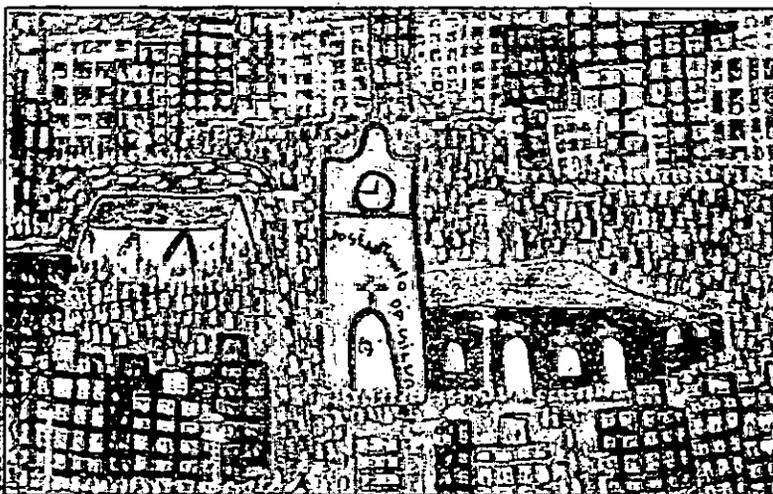
**Jornal da ABONG** - Em 1996, a Campanha da Fraternidade é voltada para a questão da política. Por que a Igreja escolheu esse tema?

**Dom Angélico** - Há muitos anos, a Igreja no Brasil promove durante o período da quaresma a Campanha da Fraternidade. Em 96, o tema está sendo Fraternidade e Política. A questão da política ganha hoje uma importância maior, porque nós estamos num ano eleitoral. Nós insistimos muito naquela afirmação de Bertolt Brecht, de que a qualidade do feijão na panela, da saúde, da escola, da moradia depende diretamente do voto. Mas não basta votar; é preciso votar bem. Nós estamos fazendo todo um trabalho para que o povo não vote nos tradicionais picaretas que ocupam, de

uma maneira muito gorda, os nossos legislativos e executivos, tanto em âmbito federal quanto estadual e municipal. É um trabalho de conscientização a respeito da vida, da dinâmica e da história de partidos e candidatos. Aquela parte da Igreja comprometida com a libertação do povo e com a problemática da justiça procura ajudar na participação efetiva do povo nas eleições. A Igreja, no seu compromisso de fé e política, tem consciência de que não pode de se partidariar. Porém, insiste que o maior número de leigos conscientes entrem na militância política partidária, para que haja políticos verdadeiros e comprometidos com aquilo que dizem e também que os próprios partidos tenham bandeiras voltadas para a promoção da justiça social.

**Jornal da ABONG** - De que modo a Igreja está materializando o debate sobre o tema da Campanha da Fraternidade?

**Dom Angélico** - Eu quero me restringir aqui à nossa região Brasilândia, na arquidiocese de São Paulo, pois cada diocese tem seus programas e iniciativas. Nós estamos desenvolvendo, através da Pastoral Fé e Política, uma programação voltada para auxiliar na



José Angélio da Silva

conscientização do povo. Primeiro, através da formação de militância leiga, a partir de encontros e seminários, para que essas pessoas sejam multiplicadores de uma conscientização e de uma presença política. Nós já fizemos uma programação de shows e peças de teatro, vamos ter uma musiquinha a respeito de candidatos e uma perua volante que “venderá” o nosso produto. Também pretendemos publicar jornais e folhetos, que podem esclarecer o debate a respeito dos melhores candidatos e partidos nas próximas eleições. Temos também o propósito de fazer debates públicos com candidatos. Uma equipe está elaborando um roteiro mínimo de compromisso, a ser apresentado a candidatos à vereança e à Prefeitura. E estamos também estudando mecanismos para o acompanhamento daqueles que são eleitos.

**Jornal da ABONG** - Quais são os compromissos básicos que os

possíveis candidatos devem cumprir, para contar com o apoio dos setores mais progressistas da Igreja?

**Dom Angélico** - Na arquidiocese de São Paulo, nós definimos como compromisso fundamental que os políticos lutem pelo interesse dos trabalhadores.

Os políticos devem se empenhar, por exemplo, para que haja trabalho para todos. Não é possível que os trabalhadores continuem vivendo a situação que foi criada pelo processo de globalização. A classe trabalhadora está sendo destruída. Precisamos de políticos que tenham consciência de que é necessária uma divisão de renda neste país. Temos convicção de que não vai ser o prefeito ou o vereador quem vai resolver isso. Porém, eles

poderão, a partir dos municípios, ter uma atuação que contribua para melhorar as condições existentes. Queremos políticos que se comprometam, seriamente, com a questão da saúde da população. A saúde pública está sucateada, uma vergonha nacional. Queremos políticos comprometidos com a problemática das escolas e, finalmente, com a questão da moradia. Não é possível que o nosso povo continue em cortiços à beira dos córregos e debaixo de pontes, enquanto os políticos, em geral, fazem promessas: ou algum projetinho Cingapura [projeto de moradia popular criado pela Prefeitura de São Paulo - N. da R.], que não vai alterar coisa nenhuma.

**Jornal da ABONG** - Como o senhor vê os efeitos da política econômica do governo federal?

**Dom Angélico** - Quando vamos dialogar com os poderes constituídos sobre problemas de ocupação, por

exemplo, nós insistimos em dizer que a Igreja não promove ocupações. Quem promove ocupações neste país é a situação caótica, subversiva que nós estamos vivendo. A subversão está nas ruas. Não sei como o Exército, que antes foi tão consciente a respeito da subversão comunista, não veja a subversão capitalista e neoliberal que está aí, matando o povo de fome, usurpando a terra do povo, sucateando a saúde e a escola.

**Jornal da ABONG - A Igreja tem algum tipo de articulação com os setores organizados da sociedade civil para enfrentar conjuntamente todos esses problemas?**

**Dom Angélico** - A Igreja não promove diretamente trabalhos de articulação com as entidades da sociedade civil, mas valoriza bastante essa iniciativa. Ela acredita que é preciso, cada vez mais, respeitar os diversos movimentos, as diversas contribuições. No campo, é evidente o apoio da CNBB ao trabalho dos sem-terra. Na cidade, eu vejo com muita simpatia a importância crescente do movimento das mulheres. Há um trabalho realmente muito bonito de mulheres, cuja consciência desperta nas nossas comunidades eclesiais e depois entram em partidos políticos e em movimentos de saúde. Na área sindical, a grande maioria dos segmentos ativos da Igreja estão mais unidos a sindicatos filiados à CUT, porque a nossa militância os julga mais combativos. A Igreja incentiva muitos leigos a fazer parte das Organizações Não Governamentais. Vejo com muito interesse o trabalho das ONGs, principalmente no campo ecológico.

**Jornal da ABONG - Quais foram os temas básicos tratados durante a 34ª assembléia da CNBB em Itaici, no mês de abril?**

**Dom Angélico** - A reunião de Itaici foi do começo até o fim penetrada pelo acontecimento dramático em Eldorado de Carajás. O local do massacre foi visitado pelo bispo do Conselho e Missão do Araguaia e por um emissário da CNBB, além de dom Demétrio Valentino, da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), encarregado de contatar e dar apoio aos sem-terra e suas famílias. Outra grande preocupação de nossa assembléia foi o projeto pastoral da Igreja no Brasil, nesses anos que nos levam

para o novo milênio. Elaboramos um projeto que tem a preocupação de reforçar as nossas comunidades eclesiais e também a colaboração da igreja na construção de uma sociedade justa e solidária.

**Jornal da ABONG - Em Itaici foi lançado o documento "Exigências cristãs para a paz social", com críticas à política governamental e propostas em relação à situação sócio-econômica. O senhor poderia comentar o conteúdo desse documento?**

**Dom Angélico** - Em seus pronunciamentos, a Igreja insiste naquelas áreas onde os direitos da pessoa humana estão sendo lesados. Por exemplo, há grande produção de riqueza neste país, mas a desigualdade social se avoluma. E a Igreja não insiste nisso levada por motivos políticos e econômicos, mas por um motivo evangélico. Acreditamos na boa-nova de Jesus, que diz que Deus é pai e somos todos irmãos. Um outro campo onde as injustiças se acumulam é o mundo do trabalho. Não é possível que haja desemprego, enquanto o governo opta por salvar bancos, que já engordaram tanto. Nós batemos palmas para o ministro e agora presidente Fernando Henrique Cardoso, pela estruturação e introdução do Plano Real. Mas esse governo, que prometeu tantos avanços no campo social, conspira contra os índios e assiste a massacres infames como os que aconteceram em Rondônia e no Pará, sem agilizar a reforma agrária. No documento "Exigências cristãs", a Igreja volta a se

---

*"O governo conspira contra os índios e assiste a massacres como os do Pará sem agilizar a reforma agrária"*

---

mostrar preocupada com a concentração de terra nas mãos de poucos e clama por reforma agrária. Também não deixamos de lado o Poder Judiciário. A Justiça neste país não é somente cega, ela tem os olhos vazados quando se trata de julgar os crimes dos

ricos. Nós temos que renovar o poder judiciário. Os juizes, os magistrados, recebem do povo para salvaguardar a justiça a favor do povo. O resto é privilégio e de privilégio nós estamos fartos. Esse documento também trata da vergonhosa situação dos presídios. Quando a igreja pede um melhor tratamento para os presos, tem gente mal-intencionada que diz que protegemos o bandido em detrimento das vítimas. O que nós queremos, realmente, é que sejam observadas as regras internacionais que dizem respeito à dignidade do preso. O documento de Itaici discutiu ainda a proteção que nós devemos dar à média e pequena empresa, porque elas estão sendo sucateadas. Portanto, esse é um documento que está na linha tradicional dos grandes pronunciamentos da Igreja.

**Jornal da ABONG - O senhor concorda que a atual hegemonia conservadora no mundo também se reflete na Igreja, por exemplo, com a queda da influência da Teologia da Libertação?**

**Dom Angélico** - Eu acho que isso reflete o processo do vaivém das ondas no movimento da história. Ou, na escola hegeliana, comprova a sucessão da tese, antítese e síntese. Hoje nós estamos na crista da onda das propostas neoliberais. Não acredito, absolutamente, que elas sejam capazes de trazer felicidade para a humanidade. Teimosamente, eu acredito que, no refluxo das ondas, teses e propostas socializantes sejam mais condizentes com a possibilidade de um mundo mais justo e igualitário. O egoísmo humano, que a Igreja chama de pecado no coração da humanidade, deve ser combatido constantemente, porque são os homens que fazem os sistemas. Não acredito, sinceramente, nas propostas globalizantes e também não acho que essas novas técnicas, cada vez mais sofisticadas, vão trazer realmente bem-estar para a humanidade. Prefiro crer que, através do exercício da cidadania, e também com a colaboração das ONGs, nós possamos fazer com que o poder - seja o poder político, o poder religioso, o poder judiciário, o poder legislativo -, se torne um serviço em favor da humanidade. Eu acredito nisso. ■

## A agenda de lutas da CMP

Entrevista com Raimundo Bonfim, membro da Coordenação da Central de Movimentos Populares(CMP)

**Jornal da ABONG** - Este ano aconteceu o I Congresso da Central de Movimentos Populares. Quais foram seus principais resultados?

**Raimundo** - O Congresso ocorreu entre 25 e 31 de março, na Praia Grande, em São Paulo. A nova coordenação da Central ainda vai se reunir para avaliar os resultados, mas dá para perceber que o Congresso foi importante, em primeiro lugar, porque consolidou a incorporação à CMP de alguns movimentos de peso, como a União dos Movimentos de Moradia, que vem tendo uma grande atuação em São Paulo. Fala-se muito na questão da participação popular, mas ela ainda é muito tímida e ao mesmo tempo falta uma boa capacitação nas suas lideranças. Por isso, nós apontamos algumas linhas de atuação nessa área. Por exemplo, para nós, um dos temas fundamentais é a questão do orçamento participativo.

O movimento popular foi criado numa cultura de reivindicação e ainda não percebeu que o dinheiro para saúde, habitação, educação e transporte é definido no campo legislativo, para ser aplicado apenas no ano seguinte.

**Jornal da ABONG** - Quais foram as outras questões priorizadas no Congresso?

**Raimundo** - Em função da realização do Habitat II, em Istambul, chegamos à conclusão que este ano é preciso tentar popularizar a questão da reforma urbana. Essa questão é fundamental porque envolve não só a discussão sobre a construção de moradia, mas também a cidade como um todo: habitação, saneamento, transporte

etc. A CMP vai participar da conferência de Istambul e já tomou parte da conferência brasileira para o Habitat II, que aconteceu no Rio de Janeiro, em maio. No dia 20 e 21 de maio nós integramos a 7ª Caravana da Moradia até Brasília, promovida pela União Nacional por Moradia Popular. E no dia 3 de junho acontecerá a mobilização nacional pela reforma urbana, com manifestações, debates e até ocupações urbanas em alguns

para o campo, mas pelo menos a população urbana ficaria mais estabilizada, dando condições de se preparar e reordenar o crescimento das cidades.

**Jornal da ABONG** - Por falar em reforma agrária, como está a relação da Central com o Movimento dos Sem-Terra?

**Raimundo** - Desde a fundação da Central, uma das nossas preocupações era estreitar a relação do movimento popular urbano com o Movimento dos Sem-Terra. A gente tem estado em todas as lutas e campanhas que o MST desenvolve. Nós participamos por exemplo, do I e no II Grito da Terra Brasil e nas marchas que ocorreram em vários Estados em abril.

**Jornal da ABONG** - O contato com outras entidades representativas da sociedade civil também está indo bem?

**Raimundo** - Até algum tempo atrás, a esquerda tinha a visão de que, para mudar a sociedade, só eram fundamentais os partidos políticos, as centrais sindicais e os movimentos de camponeses. Mas isso está mudando. O movimento de bairro, o movimento popular têm enfrentamento direto com o Estado e exercem um papel estratégico. Hoje, a gente tem fóruns que reúnem CUT, Central e ONGs para discussão política de uma agenda comum. Nós compomos o Fórum Nacional de Reforma Urbana, que é formado por movimentos populares e ONGs como ANSUR, Pólis e FASE. Participamos de algumas coordenações estaduais da Ação da Cidadania e ainda do chamado "Fórum das Oposições", reunindo enti-



Enéias Lavares dos Santos

Estados. Todas essas atividades servirão para dar uma pressionada nos governos, para que eles passem a investir mais nessa área. Além disso, nós estamos estimulando os movimentos populares a participarem dos debates preparatórios da 10ª Conferência Nacional de Saúde, que vai definir as linhas gerais desse setor.

**Jornal da ABONG** - Esses seriam então os pontos fundamentais da atuação da CMP...

**Raimundo** - Basicamente. Mas temos outras preocupações. Nós enfatizamos também a questão da definição de uma reforma agrária e uma política agrícola. No nosso entendimento, a reforma agrária não levaria o pessoal da cidade

dades e partidos políticos de oposição ao projeto neoliberal do governo. Em termos de partidos, nosso relacionamento é principalmente com o PT, PSB, PC do B, PDT e PSTU.

**Jornal da ABONG - Como você avalia a relação entre a CMP e as ONGs?**

**Raimundo** - Eu acho que ela está amadurecendo. Antes da criação da CMP, as ONGs costumavam falar em nome dos movimentos populares, sobretudo para o estrangeiro. Agora, as próprias ONGs reconheceram que o movimento popular deveria ser seu próprio interlocutor. As ONGs vêm assumindo seu papel de assessoria, de estimulação, que também é fundamental.

**Jornal da ABONG - Qual será a estratégia da Central em relação às eleições que ocorrerão no Brasil este ano?**

**Raimundo** - Na próxima reunião da coordenação da Central, que deverá acontecer no começo de junho, sairá uma orientação geral em relação às eleições. A partir dessa orientação, os movimentos de cada Estado e município farão debates e apresentarão propostas mais detalhadas, de acordo com a realidade de cada local. Essa orientação geral vai sugerir o voto nos candidatos do campo democrático-popular, sem citar esse ou aquele partido, esse ou aquele candidato. Deixamos a critério de cada movimento, de cada grupo, escolher o seu candidato para apoiar. Nós já temos pronto um documento com todas as orientações para que os movimentos debatam com os candidatos e apresentem propostas.

**Jornal da ABONG - Qual é a postura do governo federal em relação aos movimentos populares?**

**Raimundo** - No primeiro semestre de 97, ainda numa data a ser definida, vamos realizar uma grande caravana de movimentos populares a Brasília, que deverá ter entre 5 mil e 8 mil pessoas. Nós já apresentamos um documento de políticas públicas, na caravana que promovemos logo depois da posse do Fernando Henrique, no ano passado. E o governo não deu resposta para nossas propostas e não tem implementado aquilo que nós sugerimos. No governo Itamar Franco existia o CONSEA, que foi formado a partir do Movimento pela Ética na Política e tinha vários conselheiros indicados pela própria sociedade civil, com a incumbência de tratar da questão da política social. Logo depois de tomar posse, o Fernando Henrique, sem

discussão nenhuma com a sociedade civil, extinguiu o CONSEA e criou o Comunidade Solidária, com conselheiros nomeados de acordo com suas relações pessoais. Além disso, a Comunidade Solidária rebaixou o tratamento das políticas públicas universais apenas a ações localizadas. Um dos primeiros atos do presidente foi vetar o projeto nacional de saneamento básico, que havia sido amplamente discutido pelos movimentos sociais com os técnicos de saneamento e aprovado pelo Congresso Nacional. Existe um outro projeto importante, que propõe a criação do fundo e do conselho nacional de habitação popular. Mas o governo também não tem mostrado nenhuma disposição para aprovar esse projeto.

**Jornal da ABONG - E os investimentos governamentais na área social?**

**Raimundo** - Esses investimentos são estarrecedores. O governo prometeu gastar R\$ 3 bilhões na área de habitação, durante o seu primeiro ano, e gastou só R\$ 549 milhões. Tem 50 mil casas populares construídas pelo Sistema Financeiro da Habitação que estão vazias hoje no Brasil, porque as pessoas não têm a renda que a lei exige. A saúde e a educação estão em estado de calamidade pública. O plano econômico gera recessão, desemprego e aumento da

*"Antes da criação da CMP, as ONGs falavam em nome dos movimentos populares, sobretudo para o estrangeiro"*

miséria e o governo não investe nas tais "políticas compensatórias", que são um dos pilares de qualquer projeto neoliberal.

**Jornal da ABONG - O que representa para um movimento popular específico pertencer à Central?**

**Raimundo** - A Central de Movimentos Populares é a somatória dos movimentos já existentes no Brasil. Ao se articular com a CMP, um movimento tem condições de entrar em contato com o conhecimento adquirido por outros movimentos, com as mais diversas experiências. Isso vai reforçar as lutas específicas e às vezes articular lutas comuns, além de garantir informações do cenário mais geral. A caravana até

Brasília, no começo do ano passado, foi feita depois de um debate de cerca de seis meses que a gente manteve com as nossas bases. Montamos um documento chamado "Políticas Públicas", que é a mais ampla elaboração que o movimento popular já fez em termos de definição de políticas para a área social. Temos realizado discussões, por exemplo, sobre orçamento participativo, para capacitar melhor as lideranças dos movimentos populares. E estamos fazendo convênios com o Cajamar e outros institutos, para dar cursos de formação para essas lideranças. Quando tem conflitos urbanos, como um despejo, a gente vai lá e dá apoio, procura advogado e tenta abrir audiência com os governos ou mesmo parlamentares. Porém, infelizmente, nós ainda não temos uma estrutura capaz de dar um acompanhamento mais cotidiano aos movimentos.

**Jornal da ABONG - Como surgiu a CMP?**

**Raimundo** - A CMP nasceu em outubro de 93, no 1º Congresso de Movimentos Populares, em Belo Horizonte. Antes desse Congresso, já tinham sido realizadas duas plenárias de movimentos populares, em 90 e 91, que começaram a definir quais seriam os princípios da entidade. A Central surgiu com o objetivo de articular os movimentos populares existentes, a partir de dois eixos de luta: reforma urbana e cidadania. A reforma urbana envolvia mais os grupos que lutam por melhoria na qualidade de vida na cidade, acesso à saúde, educação, habitação, defesa da criança e do adolescente. No campo de cidadania entraram os movimentos de luta contra a discriminação e o racismo, tratando de questões como a do negro e das mulheres.

**Jornal da ABONG - Quais são os principais movimentos representados dentro da CMP?**

**Raimundo** - Temos três movimentos nacionais. Dois são da área de habitação: a União Nacional por Moradia Popular e o Movimento Nacional de Luta por Moradia. E há também o MOPS, Movimento Popular de Saúde. Além dos nacionais, a CMP conta com o movimento setorial de mulheres, e já estão em processo de formação o setorial de negros e o de movimentos comunitários. Em nível estadual, existem vários grupos menores, como os que trabalham com as áreas de criança e adolescente e alfabetização de jovens e adultos. Eu não tenho um número exato, mas calculo que contamos hoje ao todo com cerca de 450 a 500 grupos específicos. ■

# O apito da caldeira

*Trajatória do Comunidade Solidária evidencia que governo não tem estratégia para o campo social*

JORGE EDUARDO SAAVEDRA DURÃO

O episódio da saída dos integrantes do Conselho do "Programa" Comunidade Solidária ajudou a evidenciar a insatisfação da opinião pública e da mídia com a inação governamental no tocante ao enfrentamento do vertiginoso agravamento dos problemas sociais no Brasil, face a uma crescente dualização da nossa sociedade acelerada pelas próprias políticas governamentais - não apenas pela política econômica recessiva, como também por reformas (muitas delas) anti-sociais. Nesse contexto, o desmonte dos direitos, o desrespeito a conquistas constitucionais (não sendo o salário mínimo, cujo significado foi tornado irrisório, a menor delas) e a precarização das relações de trabalho somam-se à agilidade governamental no privilegiamento de interesses privados, particularmente do sistema financeiro. O fato de termos podido produzir, ao romper com o Comunidade Solidária e o que ele representa, um impacto aparentemente superior à nossa limitada expressão na sociedade evidencia o quanto esta se encontra madura, e até mesmo ansiosa, para cobrar do governo um mínimo de coerência com seus compromissos de campanha, no campo social.

A ausência de uma efetiva estratégia de desenvolvimento social constituía já o pano de fundo das críticas e resistências ao Comunidade Solidária, presentes tanto no Estado quanto na sociedade. Um indício sintomático da dificuldade do governo de se dar conta desse vazio de política é que só em dezembro do ano passado (isto é, ao término do seu primeiro ano de mandato) o Conselho do Comunidade Solidária foi oficialmente informado de que o presidente da República havia determinado a formulação de uma estratégia de

políticas sociais. Desde o final do ano procurei Betinho e expressei minha intenção de retirar-me do Comunidade Solidária. Na seqüência das conversações que mantivemos para avaliar uma decisão nesse sentido, fomos instados a aguardar o prometido anúncio dessa estratégia, que foi sendo postergada e até hoje não foi de fato definida. Enquanto isso, a tragédia social brasileira prosseguiu, com novos episódios



como o de Eldorado dos Carajás, enquanto o governo afrontava a sociedade com o anúncio de um aumento ridículo do salário mínimo, inferior ao da inflação do período.

A confusão que se estabeleceu no campo governamental, no momento em que o governo procurou se antecipar - sem, no entanto, anunciar nada de novo - ao que a imprensa denominou de "a crise do Comunidade Solidária", foi bastante reveladora com respeito não apenas à falta de unidade política e conceitual entre a Presidência da República e os mais próximos executores de sua política no Comunidade Solidária, mas também por evidenciar as contradições inerentes à tática adotada no início do

atual governo, que consistiu em dar ao Comunidade Solidária uma importância superdimensionada como meio de tapar o vazio das suas políticas sociais.

Num discurso eminentemente defensivo, a que não faltou o recurso cada vez mais freqüente à desqualificação dos opositores, Fernando Henrique afirmou que "os problemas universais não são atendidos pelos programas do Comunidade Solidária. O Comunidade Solidária não é universal. É, ao contrário, compensatório do passado, que não foi unificador, criou desigualdades". Talvez seja legítimo desconsiderar a última frase, que daria margem a uma interpretação mais contextualizada e histórica daquilo que FHC quis dizer, pois a afirmativa de que os problemas universais não são atendidos pelos "programas" (sic) do Comunidade Solidária é taxativa e, no mínimo, revela que o presidente da República não está bem informado sobre que programas são esses. Assim, por exemplo, pergunto se é correto retirar o programa da merenda escolar do campo das políticas universalistas? Se é legítimo atribuir ao desenvolvimento rural - reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar - ou à geração de emprego e renda um caráter meramente compensatório? É claro que o oposto poderia ser dito com relação aos programas emergenciais, como o da distribuição de alimentos (já que estes, apesar de imprescindíveis e inadiáveis, certamente não são compensatórios), mas a confusão entre programas tão diversos só confirma que o presidente foi infiel à interpretação do Comunidade Solidária que servia de referência ao Conselho do mesmo, e aos que, junto a este, pareciam ser os porta-vozes autorizados do governo.

A redução do escopo do Comunidade Solidária à execução de ações emergenciais, assistencialistas, paliativas ou voltadas para criação de

redes de proteção para os segmentos da população mais duramente atingidos pelos impactos das políticas de ajuste econômico, terá, provavelmente, um efeito desmobilizador em relação aos conselheiros que nele permanecerem. A fala presidencial desautoriza todo o discurso nele sustentado pela presidente do Conselho, Ruth Cardoso, e pela secretária-executiva do Programa Comunidade Solidária, Ana Peliano.

Nesse discurso, o Programa - concebido a partir de um diagnóstico segundo o qual o problema das políticas sociais no Brasil não estaria tanto na insuficiência dos gastos públicos federais com as políticas sociais e mais na péssima qualidade desses gastos -, foi sempre apresentado como *uma estratégia ampla de governo*, visando à priorização (o "selo do Comunidade Solidária"), articulação e racionalização de programas e ações dos mais diversos ministérios. O fato de que a montagem institucional do Comunidade Solidária não assegurasse o aumento da eficiência e da qualidade dos gastos públicos na área social, já que sua própria inserção na estrutura decisória do governo sempre foi coisa das mais confusas, não anulava, em princípio, esses pressupostos, sobre os quais se fundou a atuação do Conselho e da Secretaria Executiva.

A experiência de participação no Conselho do Comunidade Solidária - por equivocada que possa ter sido na sua origem, pela subestimação da problemática da relação da sociedade civil organizada com o Estado, e por mais importante que tenha se revelado do ponto de vista de viabilizar uma ação política nos espaços existentes, como pragmaticamente se demonstrou - foi ao mesmo tempo uma experiência reveladora e um exercício de impotência política. Aliás, as duas coisas estiveram sempre juntas. A complicada arquitetura institucional do Comunidade Solidária partiu de pressupostos absurdos. É possível conceber a secretária-executiva do Comunidade Solidária, órgão do segundo ou terceiro escalão do governo, com capacidade efetiva de exercer uma ação de coordenação entre ministérios (embora isso não

anule a sua importância na agilização de certas ações governamentais, o que é bom lembrar quando se tem em vista o peso e o emperramento da máquina governamental no Brasil)? Penso que só mesmo um superministro ou o próprio presidente poderia tentar fazer essa coordenação. Mesmo a presidente do Conselho não poderia nutrir maiores ilusões quanto à sua capacidade de se contrapor à hegemonia da área econômica do governo.

No tocante a esta última, um ano e alguns meses de Comunidade Solidária foram suficientes para evidenciar que o social, na ótica da equipe econômica, é antes de tudo, senão exclusivamente, um problema. Problema já resolvido para o ministro Malan, cuja consciência parece se satisfazer com o impacto distributivo do Plano Real; mas uma permanente ameaça à estabilidade para o ministro do Planejamento, cuja presença junto ao Conselho do Comunidade Solidária ficou marcada na minha percepção pela tentativa de nos vender duas idéias principais: 1) a de que o governo está praticamente manietado pelos condicionamentos (as transferências obrigatórias) do orçamento da União e 2) o escamoteamento do problema da dívida pública (sobretudo da dívida interna) e dos gastos fiscais da União com o serviço da dívida, em detrimento entre outros dos gastos sociais.

É certo que não se abre mão, no discurso governamental, da principalidade da área social, já que toda a

---

*"Falta ao governo  
uma estratégia de  
desenvolvimento  
para o país, em cujo  
centro esteja a  
questão social"*

---

ação governamental nesta primeira etapa do governo teria o propósito de reformar o Estado supostamente para que este pudesse recuperar a sua capacidade de ação nas suas áreas de

ação, saúde etc. No entanto, está mais do que claro que, para os responsáveis pela área econômica, as políticas sociais são um capítulo do projeto governamental que só poderá ser escrito depois que forem alcançados os objetivos estratégicos fundamentais de estabilização da economia e da retomada de um "crescimento econômico sustentável".

Nesse contexto, os demais ministros podiam mendigar recursos para suas áreas, como ocorreu com o da Saúde, ou revelar brutal insensibilidade (não por acaso) à dimensão social das mesmas, como era o caso do (felizmente ex-) ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Vieira Rezende, sem que a capacidade de intervenção do Conselho do Comunidade Solidária se revelasse efetiva em nenhuma ocasião. Aliás, no caso da reforma agrária a inocuidade está dada *a priori* quando o limite da ação é o da cobrança de metas que não respondem ao desafio central da implementação de uma efetiva estratégia de reforma agrária.

De tudo isso ressalta mais uma vez o vazio e a confusão que resultam da falta de uma efetiva estratégia de desenvolvimento para o país, em cujo centro estivesse a questão social, numa estreita e indissociável relação com a gestão da economia, cuja estabilização, apesar dos protestos em contrário do presidente, continua sendo a prioridade absoluta e a lei de ferro do atual governo. A conclusão, mais uma vez, é a de que o governo precisa se refundar no campo da política social, passando a limpo suas confusões conceituais, definindo com clareza uma estratégia ampla de desenvolvimento social - com um sentido universalista e de combate à exclusão e à pobreza absoluta e relativa -, definindo dentro dela o lugar das políticas e ações emergenciais, focalizadas e, sobretudo, não perdendo de vista a dimensão social como um aspecto determinante na formulação e implementação da própria política econômica. ■

---

*Jorge Eduardo Saavedra Durão é advogado, diretor-executivo da FASE, ex-presidente da ABONG e atual suplente do Conselho Fiscal da ABONG.*

# Pela extinção do comunidade solidária

*O programa recusou a participação da sociedade civil e se tornou cativo do clientelismo*

SILVIO CACCIA BAVA

As ações e omissões do governo FHC na área social são cada vez mais surpreendentes e devastadoras.

A redução dos salários e o aumento do desemprego como custos sociais planejados, o corte no gasto público e o conseqüente colapso das já precárias políticas sociais universais, são ações de governo que obedecem ao modelo de ajuste estrutural de nossa economia preconizado pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Para implantar essa política, FHC sacrifica o florescimento da democracia e da cidadania em nosso país. Sacrifica a qualidade de vida da maioria e busca desarticular os atores coletivos que pressionam o governo nas lutas por seus direitos. Já com a greve dos petroleiros foi clara a ação repressiva do governo. Essa coerência se manteve e pudemos percebê-la em muitos outros casos, como os do funcionalismo e dos sem-terra.

Até no plano parlamentar essa política de desmonte de direitos sociais se fez presente e trouxe surpresas. A própria base governista se recusou a sancionar a reforma da Previdência, reconhecendo-a como prejudicial aos trabalhadores. Os parlamentares não querem, num ano eleitoral, ser o braço executor de uma proposta que viola direitos sociais conquistados há décadas.

A reedição do fisiologismo, do clientelismo, do uso privado dos recursos públicos, têm levado a uma queda de popularidade do presidente e a um questionamento da sua legitimidade. Os compromissos com a questão social

não passaram de propaganda eleitoral enganosa. Se utilizasse para combater a pobreza e a exclusão os recursos que destinou ao socorro de bancos e banqueiros, à preservação dos privilégios exigidos pelos usineiros e pela bancada ruralista, FHC entraria para a história como o melhor presidente que o Brasil já teve.

compensatórias são prioridade de governo.

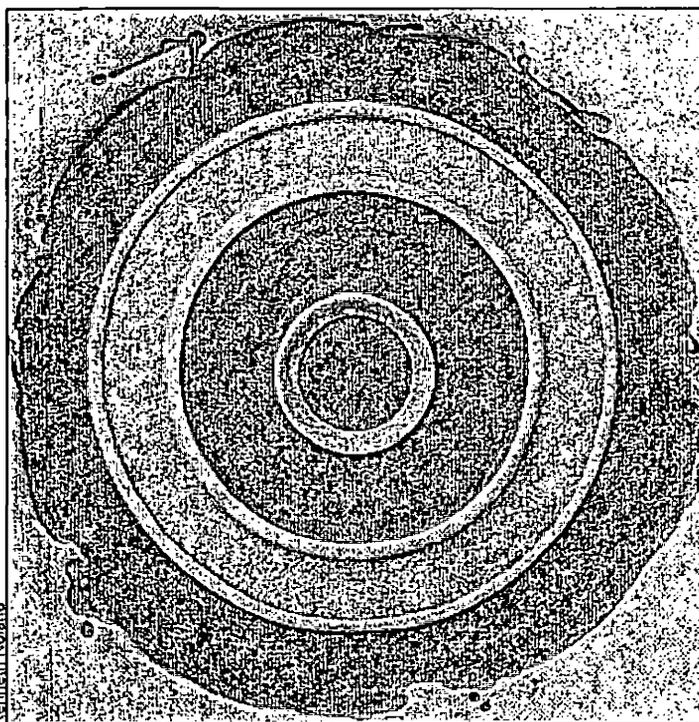
Os limites desse Programa são de ordem política, operacional e financeira. O PCS recusou a participação da sociedade civil na sua implementação e tornou-se cativo da lógica clientelista da grande maioria dos governos estaduais e municipais. Suas magras iniciativas tiveram reduzidíssimo impacto. A distribuição de leite ficou aquém da realizada pelo governo Sarney. A distribuição de cestas de alimentos não superou as do governo Collor.

O aprofundamento da pobreza e da exclusão social é aceito pelo governo como conseqüência inevitável da forma de integração do Brasil ao processo de globalização dos mercados.

O Conselho Diretor da ABONG, avaliando a situação atual, reafirma a necessidade imperiosa de o governo federal assegurar os direitos dos cidadãos através de políticas sociais universais, além de se garantir o controle social do gasto público, inclusive nas políticas de assistência social.

Por essas razões, a ABONG se soma às deliberações da I Conferência Nacional de Assistência Social, reconhece o Conselho Nacional de Assistência Social como o órgão de gestão das políticas de assistência social, e propõe a extinção do Programa Comunidade Solidária. ■

*Silvio Caccia Bava, sociólogo, é presidente da ABONG*



Kenneth Noland

No modelo de ajuste que vem sendo seguido, as políticas sociais compensatórias têm um duplo papel. Em primeiro lugar, aliviar a tensão social nos principais bolsões de pobreza. Em segundo, apresentar para a opinião pública ações pontuais e localizadas que demonstrem uma preocupação do governo com o social. O Programa Comunidade Solidária deveria cumprir este papel. Porém, seu desempenho, passados 16 meses de governo, atesta que nem mesmo as políticas sociais

O *Jornal da ABONG* é uma publicação da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

**Endereço:** Rua Dr. Renato Paes de Barros, 684, Itaim, São Paulo, SP, CEP: 04530-001. Tel (011) 829.9102, telefax (011) 822.6604. E.mail abong@ax.apc.org.

**Diretoria Executiva da ABONG:**

Silvio Caccia Bava (presidente), Maria Emilia Lisboa Pacheco (secretária), Sérgio Haddad (tesoureiro), Bennó Aseburg, Magnólia Said, Maria Irony Bezerra, Sônia Correa, Vandevaldo Nogueira.

**Equipe de trabalho:** Rosângela Dias O. da Paz (ass.diretoria), André Louzas (jornalista), Jamil Rogério dos Santos (editoração eletrônica), Iumc Taga Tamoto (secretária).

**Tiragem:** 3.000 exemplares

# Os desafios do CNAS

*É necessário que o Conselho construa sua autonomia mantendo o diálogo com o governo*

MARLOVA JOVCHELOVITCH

**D**iante do anúncio pelo presidente Fernando Henrique de uma série de medidas para a área social, das quais o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) só tomou conhecimento pelos jornais, torna-se importante pensar quais são os nossos desafios. Desafios porque o papel do CNAS e suas atribuições já estão definidos, inclusive constitucionalmente.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 204 reconheceu como uma das diretrizes da política de assistência social a participação da comunidade e, assim, introduziu na vida nacional importante instrumento de controle social, que são os Conselhos paritários e deliberativos em diferentes esferas da administração pública. Em seu artigo 17, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei 8.742/93 - instituiu o CNAS, reconhecendo-o como órgão superior de deliberação colegiada, paritário entre governo e sociedade civil. A LOAS elencou suas atribuições, entre as quais deliberar sobre a política nacional de assistência social.

Parece necessário, então, pensar sobre nossas tarefas e colocá-las claramente para a sociedade brasileira. Sabemos que a relação do governo com os Conselhos das diferentes áreas, entre os quais se inclui o CNAS, é sempre delicada. Ao mesmo tempo, é necessário trabalhar para dar visibilidade às ações e ao papel dos Conselhos, interferir diretamente na elaboração e definição das políticas públicas, interferir nos orçamentos ainda na fase de sua preparação e fiscalizar atentamente sua execução.

Em recente episódio das eleições dos representantes da sociedade civil para o

CNAS, trabalhamos dois meses com a Casa Civil da Presidência da República para chegarmos a um decreto que contemplasse as deliberações do CNAS. Ao mencionar tal fato, apontamos para a necessidade urgente de o Conselho trabalhar no sentido de construir sua autonomia, sem desconhecer a necessi-



Clóvis Graciano

dade do diálogo permanente e do respeito mútuo para se criarem soluções comuns.

Ainda que com o decreto 1.065 do presidente Fernando Henrique tenhamos regulamentado o Fundo Nacional de Assistência Social, emendas parlamentares garantiram recursos para poucos privilegiados. Os critérios para repasse de recursos ainda estão no papel e não conferem com a realidade. A I Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em novembro último, apontou os caminhos para a política de assistência social, propôs a alteração dos limites da renda mensal per capita, aumentando-a para um salário mínimo, além da redução dos limites de idade para o idoso no benefício de prestação continuada. A Conferência apontou, ainda, para a necessidade de construirmos a política nacional de assistência social rompendo com antigos

vícios, para consagrá-la como uma política pública, um direito do cidadão e um dever do Estado.

Reconhecer o forte caráter emancipatório da LOAS também é um desafio, transformar o cidadão da condição de assistido para a condição de usuário de uma política a que tem direito não vem se

revelando uma tarefa fácil em um Brasil com tantas peculiaridades e diferenças regionais. Assistimos, entre a perplexidade e a indignação, propostas de programas pontuais, localizados e que reproduzem as mesmas práticas que o governo pretendia atacar e abolir com a extinção da LBA, do CBIA e do Ministério do Bem-Estar Social.

Penso, entretanto, que, se não temos ainda motivo para euforia, estamos

abrindo espaços cada vez maiores de participação nas políticas públicas. É também papel dos Conselhos - e o CNAS tem clareza disso - contribuir para a redefinição da relação sociedade-Estado e para a flexibilização da gestão da coisa pública. O CNAS está atento, portanto, a sua tarefa de vigilância constante e de defesa dessa imensa parcela da população brasileira excluída do processo de desenvolvimento social, caminhando para construir, assim, a nova sociedade mais igual, justa e fraterna que estamos buscando. ■

*Marlova Jovchelovitch é presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e coordenadora da Unidade de Assistência Social e Cidadania da Federação de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS).*